



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1  
2  
3 A quinquagésima quinta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no  
4 auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco,  
5 décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezesseis de junho do ano de dois mil e  
6 dez, às quatorze horas e trinta minutos. **Compareceram** os conselheiros Giancarlo Tusi  
7 Pinto, SEMA – presidência; Bernardete Castro, SOP – vice-presidência; Margareth Vasata  
8 Silva, Secretaria do Planejamento e Gestão – suplente; Marta Hermínia Dias, SEDAI –  
9 suplente; André Agne Domingues, Casa Civil – suplente; Terezinha Guerra, Comitê Lago  
10 Guaíba – titular; Leda Famer, Comitê Tramandaí – suplente; João Francisco Giuliani, Comitê  
11 Santa Maria – titular; Danilo Paulitsch, Comitê Pardo – titular e Lenison Maroso, Comitê  
12 Apuaê-Inhandava. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura; Secretaria dos Transportes;  
13 Secretaria da Saúde; SEMC; Secretaria da Ciência e Tecnologia; Sistema Nacional de Meio  
14 Ambiente e Sistema Nacional de Recursos Hídricos; Comitê Baixo Jacuí – titular e Comitê –  
15 Suplente. **Ausência Justificada:** Aloisio Sirangelo Braun, Secretaria da Ciência e  
16 Tecnologia. **Demais participantes:** Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas; Sergio Miotto,  
17 Comitê Apuaê-Inhandava; Fernando Lague, Comitê Litoral Médio; Eliete Gomes, Agência;  
18 Claudete Moras, PROCERGS; Evaldo Lucas, METROPLAN; Vilma C. Da Silva, Comitê do  
19 Lago Guaíba; Claud Goellner, Comitês Passo Fundo e Alto Jacuí; Carlos Alvin Heine,  
20 CORSAN; Marcos Alexandre de Freitas, CPRM; Julio Vasconcelos, Comitê Santa Maria;  
21 Ronaldo Nery, SIUMA; Karolina Turcato, DRH/SEMA; Maria Celina Oliveira, Comitê Cai;  
22 Luise oliveira, FEPAM; Carmem Lucia S. Silva, Vania Mara Oliveira e Paulo Paim,  
23 Secretaria Executiva do CRH/RS; Tiago Loch e Heloisa Fiori, DRH/RS. O Presidente  
24 Giancarlo Tusi Pinto deu boas-vindas a todos informando não haver quórum regimental.  
25 Solicitou ao Secretário Paim iniciar o **Item I – Comunicações** – Paulo Paim, secretário  
26 executivo do CRH/RS informou sobre o andamento do processo de criação do Comitê  
27 Mampituba, parado há mais de três anos na SRH-MMA. Informou ainda que, com a  
28 aprovação das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos no CNRH, a SRHU tinha  
29 encaminhado correspondência aos Estados de SC e RS para retomarem os trabalhos,  
30 solicitando atualizações no processo já desenvolvido. Relatou que há mais de dez anos o  
31 Sr. Nabor Guazzelli coordena as ações na bacia hidrográfica. Comprometeu-se a manter  
32 Conselheiros informados. 2. E-mail recebido do representante do SNRH, o Dr. Márley  
33 Caetano que saiu da Secretaria de Recursos Hídricos, foi substituído em suas funções pela  
34 Sra. Cristina Mascarenhas e até o momento não se recebeu indicação do novo  
35 representante. 3. Ofício Circular nº 062/2010/CECAV encaminhado ao Secretário sobre  
36 Procedimentos de anuência em processos de licenciamento ambiental que envolve o  
37 patrimônio espeleológico e encontra-se à disposição dos Conselheiros na Secretaria  
38 Executiva. 4. Correspondência do Senado Federal informando, mais uma vez, que a Moção  
39 do CRH referente à PEC 43/2000 (titularidade de águas subterrâneas) foi encaminhada a  
40 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 5. Contribuição do Conselheiro Giuliani para  
41 a pauta, repassada a todos por e-mail. Paim convidou o Conselheiro expor o assunto.  
42 Conselheiro Giuliani explicou que o texto encaminhado aos demais Conselheiros *fosse para*  
43 *quem não tem, assim como ele, informações de tudo a respeito dos recursos hídricos do*  
44 *Brasil, do RS e das bacias hidrográficas de cada comitê e fosse alcançado para que se*  
45 *saiba quanto de água se trabalha gerenciando, pudéssemos em cima destes números*  
46 *projetar as demandas já existentes, os possíveis aumentos com o desenvolvimento*  
47 *desejado em todas as regiões e, a partir daí, os comitês tivessem condições ajudando ao*  
48 *CRH disciplinar a favor de todos a utilização da água que cada bacia dispõe.* Solicitou que o  
49 economista Paulo de Tarso Pinheiro Machado de quem assistiu palestra, fosse convidado  
50 para falar no CRH. O Presidente disse que Paulo é seu amigo particular e comprometeu-se  
51 de convidá-lo para uma próxima reunião. O Conselheiro Danilo pediu a palavra e informou  
52 que tinha participado em Cachoeira do Sul de evento sobre repovoamento do rio Jacuí.  
53 Relatou que "para ter uma base falou antes com os pescadores profissionais do rio Pardo e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 *Santa Cruz e Ihes disseram algo que não ensinam na faculdade que é a piracema no RS*  
55 *está equivocada".* Solicitou que o CRH aprovasse a realização de um estudo sobre isso.  
56 Viviane Nabinger, Comitê Sinos, disse que na bacia do rio dos Sinos, pela UNISINOS, foi  
57 feito estudo técnico sobre a piracema do Dourado. Afirmou que os resultados foram  
58 encaminhados ao IBAMA e que este respondeu *que não teriam como controlar*  
59 *administrativamente os pescadores, pois eles se inscreveriam várias vezes e no seu*  
60 *entendimento antes de fazer a pesquisa deveriam conscientizar as instituições*  
61 *administrativamente.* Paim sugeriu que Danilo encaminhasse um documento sobre isso ao  
62 CRH para que pudesse discutir junto ao Conselho de Meio Ambiente do RS. A Conselheira  
63 Leda Famer relatou que foi ex-funcionária do IBAMA e que, no passado, havia grupos de  
64 pesquisas específicos. Contou que quando ainda estava no IBAMA surgiu um problema com  
65 os pescadores no rio Tramandaí e que era preciso alterar uma legislação em função do  
66 defeso. *Constituíram um grupo de trabalho, em nível do Comitê, e criaram uma estrutura*  
67 *propondo a alteração onde estava o IBAMA e Secretaria Especial de Pesca e então*  
68 *alteraram a legislação que atendia ao pleito do defeso.* Propôs que o CRH assumisse e  
69 encaminhasse ao IBAMA e a SEP pedindo a possibilidade da criação de um estudo sobre  
70 essas espécies na região do Conselheiro Danilo. Afirmou: *sozinho o IBAMA não fará nada.*  
71 Já com quórum, o Presidente colocou em votação a proposta da Conselheira Leda.  
72 Aprovada. **Ordem do Dia – Item I - Ata da 54ª Reunião Ordinária do CRH/RS** – Paulo  
73 Paim informou que não foram recebidas solicitações de alterações na ata, somente a  
74 correção na grafia do nome da Prof. Teresinha Guerra. Aprovada. **Item II – Programação**  
75 **do CRH/RS para Exercício de 2010** – Paim confirmou que foi encaminhada a todos os  
76 Conselheiros solicitando as prioridades para 2010. Foram recebidas algumas contribuições  
77 e mostrou a consolidação deste trabalho. 1. Complementação do Sistema de Gestão do  
78 RSul. 1.1 - Agências - Convênio SEMA-METROPLAN – Delegar à CTG a responsabilidade  
79 de apresentar, a cada reunião relato sucinto do andamento dos trabalhos do Convênio  
80 sugerindo encaminhamentos e decisões ao Plenário. 1.2 - Estudos para a implantação das  
81 Agências de Regiões Hidrográficas do Uruguai e Litorâneas - atribuir às respectivas CTs a  
82 tarefa de, no prazo de 04 (quatro) meses, apresentarem sugestões e propostas concretas  
83 ao Plenário para encaminhamento. 1.3 – Cobrança – Acompanhamento do Convênio SEMA  
84 – METROPLAN. Delegar à CTG a responsabilidade de apresentar, a cada reunião relato  
85 sucinto do andamento dos trabalhos do Convênio sugerindo encaminhamentos e decisões  
86 ao Plenário. 2. Conselho de Recursos Hídricos – 2.1 – Revisão da composição, do  
87 regimento Interno e das Câmaras Técnicas. Paim lembrou que a revisão já foi discutida em  
88 reuniões do Conselho e que já existia uma minuta de regimento. A proposta é a criação de  
89 um grupo de trabalho para no prazo de 02 (dois meses), avaliar as minutas de composição e  
90 regimento interno. 3. Atualização e Revisão – Criar um Grupo de Trabalho para no prazo de  
91 04 (quatro) meses rever a legislação e as práticas pertinentes e propor modificações, se  
92 forem necessárias, sobre a composição, processos eleitorais e administração dos Comitês.  
93 4. A última tarefa seria a revisão das vazões de pouca expressão com vistas à Outorga. O  
94 RS já tem uma regra sobre isso é a resolução que foi a 01 do CRH, onde diz que ficam  
95 dispensadas de Outorga as vazões destinadas à manutenção da vida e lembrou, no  
96 momento onde está sendo feito o sistema de informações, que se deixa de fazer outorga, o  
97 DRH está contratando estudos de disponibilidade hídrica, por volta de setembro lançar o  
98 cadastro de usuários essa definição do Conselho precisa ser revisada. Então, a idéia é  
99 solicitar ao DRH a avaliação da resolução 01 do CRH, e a proposição é que se crie também  
100 um GT para no prazo de 06 (seis) meses e propor uma nova versão, se for o caso.  
101 Colocada em votação, a programação para o exercício de 2010 foi aprovada. **Item III –**  
102 **Deliberação CBHSINOS 010/2010 – Revisão do Processo de Renovação da**  
103 **Composição do Colegiado COMITÊ SINOS** – Viviane Nabinger, secretária executiva do  
104 Comitê Sinos explicou que a atual diretoria gostaria de desatrelar o processo de renovação  
105 do plenário da eleição da Direção do Comitê. Explicou que a renovação do plenário a cada  
106 dois anos não mais favorece a ampliação da base de participação da sociedade, ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 contrário, tem sido perversa na medida em que compromete a sustentabilidade temporal das  
108 ações do Comitê. Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas disse que seu Comitê está  
109 passando pelos mesmos problemas. Solicitou que em todos os Comitês da Região  
110 Hidrográfica do Guaíba as entidades continuem ocupando as cadeiras defendidas por  
111 eleição, na mesma proposta do Comitê Sinos. Foi além, solicitou que fosse feita uma  
112 moratória de 04 (quatro anos) de plenária de Comitê. Claud Goeller, Comitê Alto Jacuí,  
113 acrescentou que *não se faz planejamento em 02 (dois) anos. É feito a capacitação dos*  
114 *membros visando o plano de bacia, enquadramento, cobrança, e quando há renovação*  
115 *entram entidades que não sabem nem o que é a Lei 10.350/1994.* Paim resgatou o que foi  
116 falado pelo Claud, Daniel e Viviane e disse que, genericamente, o tema será tratado pelo  
117 Grupo de Trabalho aprovado. *O item III é uma demanda específica do Comitê Sinos. Viviane*  
118 *foi muito clara, enquanto se discute isso no prazo que foi aprovado de 04 (quatro) meses o*  
119 *CRH autorize o Comitê Sinos manter o seu plenário atual.* Colocado em votação. Aprovado  
120 a Deliberação CBHSINOS 010/2010. **Item IV – Alteração da Resolução Nº 60/2010, que**  
121 **trata a outorga de captação de águas subterrâneas e autorização para perfuração de**  
122 **poços em áreas abastecidas por rede pública.** Paulo Paim disse que essa Resolução  
123 mostrava o processo de evolução e que se decidia no CRH virava história e fez uma breve  
124 recapitulação da criação da Resolução. Contou que o DRH tinha sido chamado pelo  
125 Ministério Público que, a partir de denuncia feita pela CORSAN, questionava a Resolução e  
126 solicitava melhorias, especialmente quanto aos efluentes gerados pelo uso da água nos  
127 poços liberados. Acordou-se no MP uma nova versão para a Resolução 60. O resultado foi  
128 então apresentado aos Conselheiros. **Art. 1º** - Fica alterado o Inciso I do Art. 2º da  
129 Resolução Nº 60/09, que passa a ter a seguinte redação: *I - suprimimento com fins industriais:*  
130 *todo o processo de industrialização, compreendendo as fases ligadas à produção, exceção*  
131 *às indústrias alimentícias que deverão apresentar documento de liberação do órgão*  
132 *competente; **Art. 2º** - Fica alterado o Art. 3º da Resolução Nº 60/09, que passa a ter a*  
133 *seguinte redação: **Art. 3º** - Para os estabelecimentos reconhecidos pelo poder público como*  
134 *entidades de utilidade pública, sem fins lucrativos e de caráter coletivo, o órgão competente*  
135 *poderá outorgar a captação de águas subterrâneas e autorizar a perfuração de poços para*  
136 *todas as finalidades de uso previstas na Resolução Nº 60/09 desde que seja comprovada a*  
137 *necessidade do uso da água, na instituição, para o fim pretendido, respeitado o disposto nos*  
138 *artigos 83 e 87 do Decreto Estadual Nº 23.430/74. **Art. 3º** - Ficam alteradas as alíneas (a) e*  
139 *(c) do Art. 4º da Resolução Nº 60/09, que passa a ter a seguinte redação: a) para lavagens*  
140 *de frotas de caminhões, ônibus e veículos leves em estabelecimentos considerados*  
141 *coletivos, desde que o empreendimento esteja devidamente licenciado pelo órgão ambiental*  
142 *competente; c) hidrantes e sistemas de instalações contra incêndios. **Art.4º** - Fica acrescido*  
143 *o artigo 9º - A na Resolução nº 60, de 16 de julho de 2009, com a seguinte redação:“ **Art.9º** -*  
144 *A outorga para captação de água subterrânea através de poços em empreendimentos onde*  
145 *exista a rede pública de abastecimento e que não necessitem de licenciamento ambiental,*  
146 *fica condicionada à comprovação do encaminhamento dos efluentes gerados à rede*  
147 *coletora pública, se houver, ou à apresentação de informações quanto ao destino final dos*  
148 *efluentes”.* Colocada em votação foi aprovada a proposta de alteração da Resolução Nº 60.  
149 O Presidente solicitou uma inclusão à pauta sobre um assunto que decorre da aprovação do  
150 Conselho sobre o FRH, do projeto que está em tramitação, o sócio-ambiental. Afirmou:  
151 *estamos enfrentando percalços.* Paim que lembrou que a aprovação dos requisitos de  
152 acesso aos recursos do FRH pelos municípios tinha sido amplamente discutida no CRH.  
153 *Fomos para a prática e esse conjunto de critérios que deveria ser um incentivo à gestão, se*  
154 *tornou absolutamente perverso impedindo o acesso dos municípios. Hoje nós temos um*  
155 *conjunto grande de solicitações, com projetos excelentes e não podemos aprová-los, porque*  
156 *criamos critérios que estão se tornando excessivos,* afirmou. O Secretário Giancarlo  
157 ressaltou que a SEMA está solicitando ao Conselho uma exceção à regra, já que o período  
158 eleitoral exige que se comprometa o recurso imediatamente. Solicitou ao Coordenador  
159 Jurídico da SEMA, Renato Walter, para fazer a apresentação da minuta de alteração. Após



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 amplo debate foi aprovada a exceção para o acesso dos municípios aos recursos do Fundo  
161 de Investimentos em Recursos Hídricos/RS e sua execução deverá ser acompanhada pelo  
162 respectivo Comitê de Bacia. **Item v – Criação de um Grupo de Trabalho para**  
163 **Regulamentação do Enquadramento de Águas Subterrâneas – CTAS** – Carlos Heine,  
164 presidente da CTAS trouxe a proposta para criação de um Grupo de Trabalho para  
165 monitoramento e enquadramento das águas subterrâneas. Falou da importância das águas  
166 subterrâneas e sua relação com o consumo de águas superficiais. *Não temos controle*  
167 *nenhum e há necessidade do monitoramento e enquadramento*, afirmou. Ao exposto,  
168 solicitou a criação do Grupo de Trabalho para esse fim. Paim reforçou que o RS tem o  
169 processo mais sofisticado de todo o país em enquadramento de águas superficiais e  
170 construção dos planos de bacias. Mas com águas subterrâneas não temos absolutamente  
171 nada. A Conselheira Leda Famer parabenizou a iniciativa da CTAS. Colocado em votação.  
172 Aprovado a criação de um grupo de Trabalho. **VI – Apresentação do Sistema ICA –**  
173 **Informação, Cidadania e Ambiente – Módulo – Cadastro de Usuários da Água** – João  
174 Manoel Trindade, técnico do DRH apresentou o sistema de cadastro de usuários da água  
175 em elaboração através do contrato SEMA/ PROCERGS. Paim solicitou inclusão na ata de  
176 um assunto que lhe parecia importante aproveitando a presença do presidente Lenison do  
177 Apuaê. Fez uma breve volta ao passado e lembrou que o Comitê Apuaê-Inhandava tinha  
178 aprovado que sua prioridade de estudo era a sub-bacia do arroio do Tigre e do rio Campo  
179 que são responsáveis pelo abastecimento de Erechim. Contou que o estudo desenvolveu  
180 todo o processo de enquadramento, plano de bacia e cobrança pelo uso da água. Afirmou  
181 que tudo isso acompanhado pelo DRH e FEPAM e os documentos estão à disposição de  
182 todos que queiram conhecer. Em setembro de 2009, o Comitê encaminhou uma  
183 correspondência ao CRH. A correspondência solicitava implantação da cobrança pelo uso  
184 da água na bacia do Apuaê-Inhandava. Paim leu o parecer do DRH em relação ao assunto  
185 e sugeriu o encaminhamento do expediente a Câmara Técnica do Uruguai e no prazo de 90  
186 (noventa) dias se pronuncie sobre o assunto. Colocado em votação, aprovado o  
187 encaminhamento do Ofício do Comitê Apuaê-Inhandava sobre cobrança à CTU para  
188 Parecer em 90 dias. **VII - Processo Nº 004420-0500/08-4 – Parecer CTIJ – Condomínio**  
189 **Millenium** – Paim informou que é uma situação inédita, nunca nenhum processo  
190 administrativo veio parar no Conselho. O problema é o mesmo de todos que ferem o  
191 Decreto Nº 23430/74, todos aqueles que ao longo de sua implantação poços em locais onde  
192 passa a rede pública. Todos esses condomínios de Marau, Passo Fundo e São Borja foram  
193 denunciados ao MP e cabe ao DRH dar provimento ao tamponamento desses poços. Fez a  
194 leitura do Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos, relator Paulo  
195 Roberto Wengrat, que desacolheu o recurso o Condomínio Millenium. Colocado em votação  
196 Parecer aprovado. Não havendo mais assuntos a ser tratados, o Presidente Giancarlo Tusi  
197 Pinto encerrou a reunião e eu, Paulo Renato Paim lavro esta ata.